

ARTIGO

POLÍTICAS CULTURAIS E AMBIENTAIS, COMUNIDADES E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ENTRE IDENTIDADES, AMBIENTE E TECNOLOGIAS PATRIMONIAIS

Resumo

A exposição apresenta a trajetória de pesquisas do LaPCAB junto a comunidades e coletividades de atores produtores de bens identitários, ou de marcação social, no Brasil, evidenciando o caráter sensível de suas interações diretas com os contextos ambientais em que estão inseridos, mediadas por tecnologias patrimoniais. Sobre tais trajetórias, elaboramos um mapa conceitual das correspondências operantes entre as concepções de cultura, tradição, desenvolvimento e políticas públicas, nas trajetórias dessas comunidades, visando discutir os deslocamentos de sentido (ou da percepção de si) ocorridos naquele caráter sensível, que produzem continuidades e descontinuidades nos arranjos comunitários de identidades e matérias-primas utilizadas na produção dos seus bens de marcação social.

Palavras-Chave: Comunidades; Políticas Culturais e Ambientais; Identidade; Interculturalidade.

Abstract

The text presents the research trajectory of the LaPCAB with communities and collectivities of actors producing identity goods, or social marking, in Brazil, highlighting the sensitive nature of their direct interactions with the environmental contexts in which they are inserted, mediated by patrimonial technologies. On these trajectories, we elaborate a conceptual map of the operative correspondences between the conceptions of culture, tradition, development and public policies, in the trajectories of these communities. This procedure aims at discussing the dislocations of meaning (or perception of self) occurring in that sensitive character, which produce continuities and discontinuities in the community arrangements of identities and raw materials used in the production of their social marking goods.

Keywords: *Communities; Cultural and Environmental Policies; Identity; Interculturality.*

* Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP), Professor Titular do PPG em Ciências Sociais da Unisinos, RS, e Professor do PPG em Desenvolvimento Regional da UFT. Bolsista de Produtividade em Pesquisa-CNPq.

** Doutor em Antropologia Social (UFRGS), Bolsista DocFix CAPES/FAPERGS de Pós-doutorado no PPG em Ciências Sociais da Unisinos, RS.

Introdução

A presente análise foi elaborada sobre os relatórios dos pesquisadores que realizaram as incursões etnográficas da primeira fase de pesquisa do LaPCAB-Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil: gestão e inovação, ocorridas entre 2011 e 2013.

O projeto do Lapcab prevê investigar as trajetórias e práticas de coletividades e comunidades de atores produtores de bens identitários, ou de marcação social (extrativistas, artesãos, pescadores, entre outros) que se reconhecem em um contexto ambiental determinado e que utilizam, nas suas atividades, tecnologias patrimoniais que integram as percepções locais de cultura e ambiente. Esse processo de integração das percepções de cultura e ambiente baseia-se na concepção de que as tecnologias produzem agências sobre as ações e interações dos humanos entre si, e dos humanos com não-humanos, constituindo redes que caracterizam coletividades sociotécnicas (LATOURET, 2012).

Nesta primeira fase, investigamos 33 coletividades e comunidades constituídas nos critérios da pesquisa¹, distribuídas em 17 estados do país. As investigações foram orientadas pelos procedimentos de estudo de caso com base na abordagem etnográfica (VAN VELSEN, 1987), utilizando técnicas de investigação estipuladas em um quadro comum às pesquisas em Ciências Sociais, consistindo de observação direta dos contextos investigados, entrevistas, coleta documental e aplicação de questionários.

Das comunidades e coletividades selecionadas (10 na região norte; 8 na região nordeste; 2 na região centro-oeste; 6 na região sudeste e 7 na região sul), todas foram visitadas pelos pesquisadores do LaPCAB, em períodos médios de seis dias, que variavam conforme a distância dos mesmos em relação à capital do estado em que se localizam. Buscamos variar a localização regional das coletividades e comunidades, visando uma representatividade amostral das mesmas, considerando-se sua inserção em redes de produção e distribuição dos bens ou produtos gerados em cada contexto. As coletividades foram visitadas duas vezes e todas foram acompanhadas, antes e depois das visitas, através de contatos por e-mail ou pelo monitoramento das suas atividades expostas em páginas na web.

Concluídas as visitas e elaborados os relatórios das incursões de campo, foi possível reconhecer uma primeira configuração geral dos casos estudados, considerando

¹ Os relatórios dessas investigações estão disponíveis *on line* para os pesquisadores que compõem a rede do projeto, através do *web group Dropbox*. Além desse repositório, as imagens e um breve descritor das coletividades e comunidades investigadas estão disponíveis em uma página criada no Facebook: www.facebook.com/lapcab.

o projeto formal, ou informal, que essas coletividades estabeleceram, em relação com o contexto ambiental em que estão situados, a matéria-prima que utilizam em suas práticas e os produtos que resultam dessas interações, como segue.

Região Nordeste		
Projeto	Contexto ambiental	Matéria-prima-produtos
Associação das Mulheres Artesãs Quilombolas Serra das Viúvas (AL)	bioma da serra no sertão alagoano	Palha da palmeira de Ouricuri (<i>Syagrus coronata</i>), cipó, palha de bananeira
Associação de Artesãs do Pontal do Coruripe (AL)	litoral sul de Alagoas	Palha da palmeira de Ouricuri (<i>Syagrus coronata</i>), papel celofane, tinta e tecidos
Associação de Artesanato Cana-Brava (PE)	litoral norte de Pernambuco	Fibra da cana-brava (<i>Gynerium sagittatum</i>)
Associação dos Artesãos do Alto da Sé, Olinda (PE)	Olinda, PE	Entalhes em madeira, renda
Associação de Artesãos de Porto de Saúpe (BA)	bioma da Mata Atlântica da região do Nordeste	Piaçava (<i>Attalea funifera martius</i>), fibra da palmeira de ouricuri (<i>Syagrus coronata</i>)
Taboarte, Associação comunitária de produção de artesanato (BA)	São Sebastião do Passé, 58 km de Salvador	Fibra da taboa (<i>Typha domingensis</i>)
Associação de Artesãs e Agricultores de Canaan (ARTECAN) (CE)	Trairi, Litoral Oeste do Estado do Ceará	Renda de bilro (vestuário e rendas para objeto doméstico), elaboração de alimentos (geleias, doces e mel de frutas locais)
Fundação “Casa Grande” (CE)	Nova Olinda, CE patrimônios naturais paleontológico e arqueológico da Chapada do Araripe e Vale do Cariri	Programas diversificados nos campos da memória, turismo de base comunitária, comunicação, arte, meio ambiente, esporte

Região Norte		
Projeto	Contexto ambiental	Matéria-prima-produtos
Associação dos Artesões de Miriti de Abaetetuba (PA)	Abaetetuba, PA	Madeira da palmeira de miriti (<i>Mauritia flexuosa</i>): brinquedos
Ciclos da mandioca e do beiju na comunidade Araí (PA)	Augusto Corrêa, região bragantina, PA	Produção de mandioca (<i>Manihot esculenta Crantz</i>) e sua singularização em um artefato cultural (beiju) nos rituais de comensalidade durante a Semana Santa
Fórum das Águas, Manaus (AM)	Manaus (AM), bacias hídricas da Amazônia	monitoramento das bacias hídricas da Amazônia
Projeto Tecnologia na Aldeia Etnia Tikuna (AM)	Serra do Balaio, AM	Tecnologias áudio-visuais e internet: memória, ambiente e território étnico
Cooperativa Açaí, Porto Velho (RO)	Porto Velho, RO, e comunidades ribeirinhas	Sementes e fibras originárias do bioma amazônico (biojoias), algodão orgânico (tecelagem e bonecas)
Projeto Artesanato Wapichana, Aldeia Taba Lascada, Boa Vista (RR)	Boa Vista, RR	Fibra da palha do miriti (<i>Mauritia flexuosa</i>): “darruana”, chapéus, “abano” para virar o “beiju” do caxiri e para abanar o fogo, colares, saias, pulseiras e sutiã de fibras; arumã, para a fabricação de peneira, vassoura e cestas; argila, para panela de barro, prato e jarras.
Formação de lideranças indígenas e uso de TICs nos projetos indígenas locais	Etnias Macuxi e Wapichana, Boa Vista, RR	Utilização de tecnologias de comunicação e informação nas interações dos movimentos indígenas de Roraima
Associação Regional Mulheres Trabalhadoras Rurais (Quebradeiras de coco), São Miguel (TO)	Bico do Papagaio, TO	Extração e quebra de coco babaçu
Associação dos Artesãos da Comunidade do Mumbuca, Mateiros (TO)	Jalapão, TO - cerrado	Capim dourado (<i>Syngonanthus nitens</i>): biojoias e artefatos culturais
Associação dos Artesãos do Capim Dourado Pontealtense (TO)	Jalapão, TO - cerrado	capim dourado (<i>Syngonanthus nitens</i>): biojoias e artefatos culturais

Centro-Oeste		
Projeto	Contexto ambiental	Matéria-prima-produtos
Associação Cultural e Artística de Anápolis – ACAA (GO)	Anápolis, GO	Fiação e tecelagem, produzem telas, esculturas, cerâmica, cestas de material reciclável, oferecem aulas de dança clássica, dança do ventre, capoeira, teatro, catira, jongo, entre outras atividades
Associação do Quilombo Kalunga – AQK (GO)	Cavalcante, Nordeste de Goiás	Agricultura de autossustentância e criação de gado “Projeto Kalunga: Povo da Terra – Subprojeto do Resgate Histórico dos Quilombos”
Sudeste		
Projeto	Contexto ambiental	Matéria-prima-produtos
Casa do Figureiro “Maria da Conceição Frutuoso Barbosa” (SP)	Taubaté, SP	Argila de barreiro: figuras de barro secadas ao sol e pintadas
Associação em Defesa dos Pequenos Agricultores de São Luiz do Paraitinga (SP)	São Luis do Paraitinga, SP Serra do Mar – Mata Atlântica	Cultura caipira, patrimônio cultural e ações coletivas contra a monocultura do eucalipto
Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Cachoeira do Brumado, Mariana (MG)	Mariana, MG	Pedra-sabão: “paneiros”, panelas, escultores voltados para a arte-sacra; sisal: tapetes, capachos e outros objetos artesanais (antes, com a pita – a folha de uma árvore chamada piteira)
Oficina Gente de Fibra, afiliada à Cooperativa Mariense de Artesanato do Município Maria da Fé (MG)	Serra da Mantiqueira, MG	Fibras de bananeira (gênero <i>Musa</i> , família <i>Musaceae</i>), caixas de papelão reciclado e processado
Colônia de Pescadores de Itapoã (ES)	Praia de Itapoã, município de Vila Velha	Pesca artesanal
Associação das Paneleiras de Goiabeiras (ES)	Manguezal, Vitória (ES)	Argila de barreiro, tanino (tintura natural obtida da casca do mangue-vermelho, <i>rhizophora mangle</i>)

Sul		
Projeto	Contexto ambiental	Matéria-prima-produtos
Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais (Copescarte) (PR)	Antonina, litoral paranaense	Beneficiamento das peles de peixes marinhos, confecções de biojóias
Projeto Caminhadas na natureza (PR)	Nova Tebas e Ivaiporã (vale do Ivaí) (PR) Região agrícola	Caminhadas por propriedades de agricultores familiares, em meio a lavouras, pastagens e matas (ressignificação do espaço rural)
Projetos Nossa Terra, Artes do Mar e Casa de Anita (SC)	Laguna, SC	Beneficiamento das peles de peixes marinhos, confecções de biojóias, patrimônio cultural
Comunidade de pescadores da Costa da Lagoa e Barra da Lagoa (SC)	Florianópolis, SC	Pesca artesanal
Art'Escama-Associação de Artesanato da Ilha da Pintada (RS)	Ilha da Pintada, Porto Alegre, RS	Beneficiamento das peles e escamas de peixes marinhos, confecções de biojóias
Caminho das Graças, Canela (RS)	Comunidade rural do Banhado Grande, Canela, RS	Caminhada em área rural ornamentada com capelas de santos em materiais diversos, cultura italiana
Projeto Caminhos Rurais de Porto Alegre (RS)	Zona Sul de Porto Alegre Região de agricultura orgânica	Agroecologia, turismo rural, educação ambiental

Considerando a configuração acima, verifica-se que a grande maioria dos casos estudados se caracteriza por originar de interações diretas das comunidades com alguma matéria-prima disponível no contexto ambiental em que estão situadas, através de práticas de extrativismo e beneficiamento de algum tipo, que inclui técnicas produtivas e fazeres de ofício tradicionais. Nesse sentido, as práticas e fazeres de ofício dessas comunidades estão inscritos na definição de tecnologias patrimoniais, por representarem artefatos ou formas culturais que preservam dinâmicas de enraizamento socioambiental (ARDANS, 2014) variados e mediados por técnicas produtivas de bens identitários. Também, em boa parte essas comunidades se inscrevem

na concepção de comunidades tradicionais² definida na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007).

No conjunto dessas comunidades, então, supomos que poderiam ser identificadas as influências (ou agenciamentos³) que deslocam a percepção de si que as comunidades produzem em relação com a natureza (seja na coexistência⁴ entre elas, seja na elaboração de produtos e bens de marcação identitária, seja na processualidade das tecnologias patrimoniais), gerando arranjos que expandem o reconhecimento, pelos outros, da qualidade primordial de sua identidade⁵, em relação com a natureza.

Dessa forma, ao iniciar uma segunda fase das pesquisas⁶, elaboramos uma análise temática dos referentes descritivos utilizados nos relatórios dos pesquisadores, utilizando o software NVivo, e chegamos a quatro termos-chaves: cultura, tradição, comunidade e inovação. Esses termos foram complementados por mais dois, em uma segunda análise temática (identidade e matéria-prima), resultando em um quadro temático-analítico que evidenciou as correspondências operadas entre os mesmos, pelas comunidades.

² Conforme o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos e comunidades tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Territórios tradicionais, no mesmo decreto, são entendidos como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007).

³ Utilizamos a noção de agenciamento, aqui, como esboçada por Yúdice (2006). Trata-se de identificar atores que agenciam recursos identitários recuperados de uma “reserva disponível” nas trajetórias comuns de suas formações culturais específicas, em diálogo com modelos culturais predominantes na sociedade globalizada. Esse predomínio se expressa na configuração de um campo de forças performáticas a condicionar a ação dos atores que, por vezes, imprimem uma dinâmica de operar agenciamentos nos intervalos daqueles modelos. Essa noção não se desinibe de discutir até que ponto a agência é definida na ação e relação dos humanos-entre-eles e até que ponto ela incorpora ações de não humanos, híbridos que se expressam como coletividades sociotécnicas que produzem efeitos no curso da ação (LATOURETTE, 2012).

⁴ Aqui, pensamos a experiência sensível dessas comunidades com a natureza como dado da sensação, segundo Merleau-Ponty (1994, p. 286): “O sensível [...] é uma certa maneira de ser no mundo que se propõe a nós de um ponto do espaço, que nosso corpo retoma e assume se for capaz, e a sensação é literalmente uma comunhão [ou uma] coexistência”.

⁵ Pensamos a qualidade primordial da identidade dessas comunidades em consonância com as noções de autenticidade primordial e emergente, elaboradas em correspondência com as noções de diversidade primordial e emergente, definidas por Navarrete (2008) e Putignat; Streiff-Fenart (2011). Pensando a diversidade cultural desde a perspectiva étnica, os autores definem a diversidade primordial como concepção ancorada na identidade ligada às raízes originárias das coletividades ou grupos, enquanto a diversidade emergente é definida segundo os processos simultâneos de integração e resistência que as coletividades estabelecem na interação com outras coletividades e com a modernização ocidental, constituindo novas características e necessidades de acordo com o momento histórico (etnogênese).

⁶ Na segunda fase (a partir de 2014 e em desenvolvimento), selecionamos 10 casos em 9 estados das diferentes regiões brasileiras, ampliando as incursões para três visitas, em cada caso.

lada à concepção de política pública (mais comum a todas as comunidades e genérica), podendo referir-se à ideia de ponto de cultura; de secretarias de cultura; e/ou de ministério da cultura.

Ao termo Tradição, duas considerações devem ser feitas: a) o termo não apresentou ocorrência estrita e única enquanto categoria analítica; b) ele aparece sempre vinculado a outras categorias analíticas. Neste sentido, há de considerar a dimensão territorial, ou comunitária, enquanto importante elemento norteador de sua ocorrência e dos vínculos que são estabelecidos entre essa e outras categorias de análise.

No que se refere às correspondências operantes do termo, pelas comunidades, pode-se afirmar que há pelo menos oito relações/construções que se estabelecem entre o mesmo, como categoria analítica, e os vínculos que os indivíduos estabelecem entre essa e outras categorias nativas, bastante comuns e já mapeadas nos estudos sobre a temática, a saber:

a) enquanto saber-fazer: artesãs da Serra da Viúva, BA / Paneleiras de Goiabeiras, ES;

b) enquanto padronização/identidade/indicação geográfica: Artesãos de Anápolis, GO; Paneleiras de Goiabeiras, ES / Artesãos de Capim dourado, Mumbuca, TO;

c) enquanto rompimento (tradição x modernidade): Artesãos de Cana Brava, Goiana, PE;

d) enquanto rompimento (tradição x inovação): Figureiras de Taubaté, SP;

e) enquanto identidade cultural: Pescadores de Itapoã, ES / Artesãos de Miriti, Abaetetuba, PA;

f) enquanto autenticidade/originalidade: Paneleiras de Goiabeiras, ES;

g) enquanto categoria vinculada à ideia de comunidade: Artesãos de Capim dourado, Mumbuca e Ponte Alta, TO;

h) enquanto categoria vinculada à memória e a retomada dos antepassados: Pescadores da Costa da Lagoa, SC.

Contudo, constatamos que no conjunto das ocorrências há mais ênfase na concepção de tradição como derivada do cognato cultura. Sua retomada, de certa forma, remete em geral a vínculos que são estabelecidos localmente, a partir de categorias êmicas ligadas a modos de fazer e viver, da existência de uma noção nativa de identidade e comunidade e, também, da importância de se retomar as tradições dos antepassados (memória) no tempo presente.

O termo Comunidade, de um modo geral, se explicita no conjunto dos dados como uma noção com forte enraizamento socioambiental, ou territorial, a partir do

qual se desdobram outras relações que se vinculam a diferentes pertencimentos que são colocados em evidência em momentos e tempos diversos. Contudo, a polissemia que cerca o uso do termo se faz mais presente em pelo menos cinco contextos específicos, nos quais são acionados dois conjuntos diferentes de relações/pertencimentos. São eles:

a) os artesãos de Anapólis, GO, onde o uso do termo corresponde à existência de um conhecimento anterior; vincula-se à existência de uma união entre aqueles que pertencem a esse território; atrela-se à ideia de protagonismo dos atores e a uma indicação geográfica de origem;

b) as artesãs da Serra da Viúva, BA, onde o uso do termo corresponde à existência de uma identidade local; atrela-se à ideia de cooperação/trabalho; vincula-se ao desenvolvimento de uma atividade realizada pela família; vincula-se à existência de um saber-fazer que lhes foi passado pelos antepassados; atrela-se ao seu pertencimento a este território em específico; atrela-se à existência de uma identidade geográfica, local, ligada à sua relação com o território em seu sentido estrito. Aqui, importa destacar que é unicamente nesse território que o uso do termo comunidade aparece, dentre todos os contextos pesquisadores, vinculado também à religião.

c) na aldeia de Taba Lascada, RR, onde o uso do termo corresponde especificamente à ideia de união entre os membros da comunidade e seu protagonismo; atrela-se à existência de um conhecimento anterior; vincula-se à atividade de comercialização daquilo que é produzido;

d) no quilombo Kalunga, GO, onde o uso do termo evidencia forte enraizamento no conceito de identidade; está atrelado à noção de pertencimento, tanto identitário quanto territorial; está ligado à família e à manutenção dos laços familiares; está atrelado à existência de uma identidade étnica comum;

e) nos artesãos de Capim dourado, Mumbuca, TO, onde o uso do termo evidencia forte enraizamento nos conceitos de identidade e pertencimento; atrela-se à família, à cooperação, ao trabalho e a um saber-fazer dos antepassados; evidencia forte enraizamento na existência de uma identidade geográfica.

No *intermezzo* desses casos, com menores ocorrências, mas também, menos polissemia conceitual, temos os seguintes casos:

f) pescadores de Itapoã, ES: ideia de comunidade ligada às noções de identidade, pertencimento, cooperação e trabalho;

g) artesãs de Porto do Sauípe, BA: ideia de comunidade ligada de modo unívoco à ideia de pertencimento;

- h) pescadores da Costa da Lagoa, SC: ideia de comunidade ligada de modo unívoco à ideia de pertencimento;
- i) artesãs de Cana Brava, PE: ideia de comunidade ligada de modo unívoco a ideia de cooperação e trabalho;
- j) artesãos de Capim dourado, Ponte Alta, TO: ênfase na identidade étnica;
- k) artesãs de Canaan, Trairi, CE: ênfase na questão do pertencimento;
- l) paneleiras de Goiabeiras, ES: ideia de comunidade ligada à sobrevivência do grupo.

Já o termo **Inovação** foi o que apresentou menos ocorrências, destacando-se:

- a) uma nas Figureiras de Taubaté, SP, onde o uso do termo corresponde à introdução de tecnologias;
- b) uma nas Paneleiras de Goiabeiras, ES, onde o uso do termo corresponde à introdução de técnicas de beneficiamento das panelas;
- c) uma ocorrência nos artesãos de Capim dourado, Mumbuca, TO, onde o uso do termo corresponde à ação de designers na introdução de produtos;
- d) três nos artesãos de Capim dourado de Ponte Alta, TO, onde o uso do termo corresponde à introdução de técnicas produtivas, à segmentação do trabalho e à ação de designers na introdução de produtos.

Esse pequeno uso do termo, todavia, não restringe as correspondências operantes do mesmo às comunidades citadas. Embora os relatórios dos demais casos não utilizem o termo como um referente descritivo dos projetos e práticas das comunidades pesquisadas, os mesmos descrevem ou apresentam várias situações nas quais o uso do termo se faria apropriado, geralmente, para estabelecer compreensões acerca dos processos de mudança operados nas técnicas produtivas dos bens identitários, assim como na substituição do extrativismo das matérias-primas pelo fornecimento terceirizado da mesma.

Todos os casos que usam o termo para descrever suas correspondências operantes nas comunidades, ou que descrevem experiências de mudanças associadas a inovações, evidenciam situações nas quais os agenciamentos exógenos são apropriados pelas comunidades, das interações com projetos e dispositivos de políticas públicas, do mercado e/ou de Organizações Não Governamentais, geralmente descritas como parcerias. Ainda, vários casos de inovações referem-se a mudanças operantes nas práticas de extrativismo e nas técnicas produtivas, resultantes de restrições ambientais impostas às comunidades pelas políticas públicas.

Considerando agora uma análise geral do perspectivismo situacional anterior, quando buscamos compreender a correspondência operante dos termos chaves nas

comunidades, e entre elas e os agentes exógenos com quem interagem, constatamos uma ambivalência no uso dos termos, quer eles se refiram às interações endógenas e às trajetórias dessas interações, entre as pessoas das comunidades, quer eles se refiram às influências e agências dos agentes exógenos.

Assim, quando se fala em tradição, isso logo evoca a ideia de um rompimento, ou distanciamento, com a modernidade (que impõe a necessidade de inovações) com vistas a se reforçar a sua indicação de origem, a tradição dos antepassados, através de uma retomada da memória destes e da comunidade a que pertencem. Essa ideia de comunidade evoca recorrentemente a existência de certa identidade comum, que reforça a existência de uma tradição e se explicita na existência de um saber fazer, afirmado por alguma originalidade e autenticidade.

No que se refere à noção de comunidade, que aparece nos relatórios analisados, tem-se que essa é, em si, uma categoria êmica que remete à existência de uma grande família, um modo particular de existência e sobrevivência, um conhecimento anterior que faz referência à existência de certo protagonismo e união do grupo. União e protagonismo esses que se vinculam a um modo de trabalho que se pauta na cooperação entre iguais e é marcado, na maioria das vezes, pela colaboração de todos nas atividades desenvolvidas pelo grupo. Grosso modo, os relatórios apontam para a existência de três pilares estruturantes desses vínculos comunitários: o comércio, a religião e o trabalho.

Por sua vez, a identidade por eles construída a partir da ideia de comunidade está fortemente vinculada à tradição e tem como vocativo principal a memória e a busca pelos antepassados. Contudo, essa identidade torna-se performática, muitas vezes, frente às influências das políticas públicas existentes e o modo como essas políticas interpretam e difundem a ideia de cultura. Desta feita, pode-se dizer que tais políticas acabam, de certa forma, por forçar uma padronização das muitas identidades existentes no seio de uma dada comunidade, em torno de certos marcadores que são colocados em destaque, constituindo um “campo de forças performativas” (YÚDICE, 2006).

Especificamente, no que se refere à ideia de cultura, tem-se que essa é muito mais uma construção externa às comunidades, que se dá a partir do modo como a cultura é entendida e difundida pelos agentes estatais, mas também, por agentes de Organizações Não Governamentais e de mercado. Os agenciamentos exógenos que se operam sobre a qualidade primordial da identidade dessas comunidades imprimem uma tensão nas perspectivas de sua consciência sensível, formada na interação com a natureza, ao ofertarem uma “consciência intelectual” (MERLEAU-PONTY,

1994, p. 292) que atravessa a relação das mesmas com os objetos ou coisas que compõem o mundo. Essa tensão gera um primeiro deslocamento de sentido nas interações originárias dessas comunidades com seu contexto ambiental.

Na maioria dos casos, esse modo remete à manutenção de certas tradições e identidades locais que, em função de agenciamentos existentes em um dado momento do tempo, são tidas como relevantes e merecedoras de preservação, ou apoio. Já do ponto de vista das comunidades, cultura é sinônimo de políticas públicas, na maioria das vezes vinculadas a projetos pontuais ligados às Secretarias de Cultura locais, ao Ministério da Cultura e, mais recentemente, à noção de ponto de memória, sendo esta, uma concepção trazida pela nova museologia, também chamada museologia social.

Ainda nesta direção, merece destaque a constatação de que o uso do termo cultura é progressiva e expansivamente vinculado à ideia de recurso. Esta correspondência, ou aproximação, se expressa pela estreita relação que os termos assumem, quando exteriorizados nas comunidades para explicitação das suas relações com o mercado e as políticas públicas. Nesse sentido, o uso do referente recurso explicita uma ambivalência, ora assentada na lógica de redução da cultura a uma “reserva disponível” para estabelecer autenticidade ou legitimação a um produto para o mercado, ora assentada na lógica de recuperação, ou ressignificação, do produto como um bem, para a valorização comunitária da qualidade primordial de sua identidade. Neste último caso, o recurso equivale à matéria-prima com as quais as comunidades interagem, em seus contextos ambientais, e é deslocado do mercado para compor, ou atualizar, a “reserva disponível” de autenticidade de seus processos identitários. Esse segundo deslocamento de sentido, embora condicionado por uma ambivalência de orientações dos agenciamentos culturais endógenos e exógenos às comunidades, permite compreender as limitações da tensão instalada pela influência da “consciência intelectual” sobre a experiência sensível dessas comunidades com a natureza, como dado da sensação. Uma vez que os agenciamentos ambivalentes se assentam sobre a mesma ideia de “reserva disponível”, os produtos autenticados para o mercado podem ser recuperados, ressignificados e inseridos em um regime de valor tradicional.

Isso ocorre nas várias situações em que essa autenticidade se atualiza, contemporaneamente, pela mediação desses recursos em processos de patrimonialização cultural, como já destacou Dias (2012)⁷.

⁷ As relações entre bens identitários e mercado são potencializadoras de processos de patrimonialização, como já analisou Dias (2012). Ao investigar os registros fonográficos das músicas tradicionais de Cabo Verde e os significados que adquirem em diferentes contextos, a autora evidencia que as “tecnologias de registro

Assim, as referências ao uso do termo recurso, nos relatórios, remetem a um conjunto bastante diverso e alargado de entendimentos acerca: da existência de certos recursos instrumentais que garantem a reprodução de um dado modo de vida e/ou tradição da comunidade; da existência de recursos compensatórios derivados de multas e notificações ambientais que são convertidos em capital financeiro; do capital “dinheiro”; da obtenção de insumos para a continuidade de suas atividades, como tradição de ofício, ou para atendimento das demandas de mercado; e do esgotamento da(s) matéria(s)-prima(s) com a(s) qual(is) interação.

De uma maneira geral, dadas as especificidades que envolvem cada contexto ambiental analisado, tem-se que muitas vezes elas são expressas pela referência de um determinado bioma, de uma dada região, ou de um entorno onde a matéria-prima (insumo) é obtida, por meio da atividade extrativista dos próprios agentes e/ou a coleta destes *in loco*.

No que se refere ao esgotamento da matéria prima, tem-se que tal preocupação reside sobretudo na forma cultural da interação que as comunidades estabeleceram com seus contextos ambientais, no que tange a existência e/ou disponibilidade dos insumos necessários à sua atividade, uma vez que nada é produzido, mas sim, coletado na natureza ou extraído desta *in natura*. Ocorre que, nos casos identificados com o extrativismo, a coleta ou extração de matéria-prima não é uma atividade mecânica, sendo geralmente ritualizada, ao incorporar procedimentos regulados pela sazonalidade de plantio-colheita (ou de estação) e de técnicas de reconhecimento da maturidade da matéria-prima, da conformação de suas propriedades naturais (formas, cores, densidade, peso, resistência e outras propriedades que influem nas técnicas de manuseio das mesmas), de sua disponibilidade e sustentabilidade. Estes últimos fatores decorrem de conhecimentos disponíveis e reproduzidos entre as comunidades, nas suas trajetórias, incorporando também outros padrões de regulação decorrentes das interações históricas que estabeleceram, e estabelecem, com agentes e dispositivos das políticas públicas e das demandas de mercado sobre os bens que produzem.

Assim, a progressiva e expansiva correspondência operante nas comunidades do uso do termo recurso remete a um terceiro deslocamento de sentido (ou percepção de si), em suas trajetórias, também ambivalente. No que se refere especificamente à obtenção dos insumos necessários para a manutenção das atividades desenvolvidas nas interações comunitárias, essa se vincula, recorrentemente, a uma busca (ou ainda

fonográfico são usualmente tomadas como um fator fundamental para fazer da música mercadoria [... e] como mecanismos importantes também nos processos de patrimonialização e construção de memória” (DIAS, 2012, p. 41). Através da mediação de tais registros, mercado e patrimônios culturais tornam-se esferas mutuamente relacionadas.

existência) de matéria-prima e, também, a uma crescente preocupação com o esgotamento das reservas naturais existentes. Aqui, trata-se da introdução de um processo de reflexividade comunitária, derivado de um risco inscrito na reprodução de suas experiências sensíveis com a natureza, que opera pela *auto confrontação* das bases da modernização com suas consequências, ou seja, pela oscilação que o risco gera na “equação tácita entre latência e imanência na mudança social” (BECK, 1997, p. 13). Já no que se refere à crescente substituição do extrativismo e/ou da coleta desses insumos na natureza por uma terceirização no fornecimento dos mesmos, ou das próprias atividades, tal processo de reflexividade muda radicalmente. Seja a substituição introduzida por parcerias estabelecidas pelas comunidades com agentes exógenos, para apropriação de inovações, seja ela decorrente das restrições ambientais impostas às comunidades pelas políticas públicas, ocorre aqui uma ruptura na centralidade da experiência sensível dessas comunidades com a natureza, gerando um processo de reflexividade que as orienta à incorporação de modelos de ação mediados pela lógica da “consciência intelectual”. Esse processo de reflexividade converge para correspondências operantes nas comunidades em torno dos termos modernização, modernidade e desenvolvimento, amplamente difundidos por agências institucionais como o SEBRAE, seja através de uma crescente classificação dos ofícios e dos artefatos culturais dessas comunidades (NERY, 2014), seja através da ideologia do empreendedorismo. Nesse sentido, o processo de reflexividade mediado pela lógica da “consciência intelectual” incorpora, progressivamente, procedimentos do raciocínio produtivo, ou instrumental, e amplia o deslocamento da experiência sensível dessas comunidades para a “consciência da sociedade industrial”⁸.

E aqui, como já analisamos em outro estudo (SILVA, LOPES, 2016), os caminhos abertos pela ambivalência do uso do termo recurso são diversificados, conforme o termo seja operado em correspondência com as concepções de cultura, difundidas institucionalmente, ou conforme seja o termo operado em correspondência com a matéria-prima com a qual as comunidades interagem, na produção de seus bens identitários.

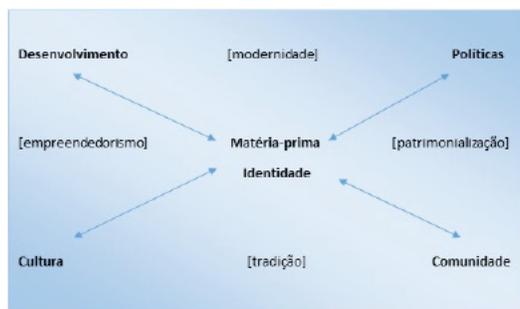
⁸ Raymond Aron define a consciência da sociedade industrial como uma projeção coletiva das relações de produção operando em empresas e das iniciativas de seus atores em empreendimentos. Das definições que elabora sobre tal projeção, destacamos aqui a mais difundida nas mediações operadas pelas agências institucionais, entre as comunidades pesquisadas: de que “a relação entre trabalhador e capital implica na noção de “cálculo racional”-econômico e não técnico” (ARON, 1977, p. 108).

Abrindo os deslocamentos nas trajetórias das comunidades para os processos de interculturalidade

Os deslocamentos de orientação que se evidenciaram nas trajetórias de interações das comunidades pesquisadas com seus contextos ambientais, e entre os seus projetos e os agentes exógenos que projetam influências sobre os mesmos, permitem reconhecer que tais trajetórias não são lineares. Assim, as descrições anteriores buscaram evidenciar que tais trajetórias, desde suas origens, foram marcadas por agenciamentos institucionais e de políticas culturais que condicionaram e promoveram uma ressignificação dos ofícios tradicionais e saberes comunitários locais, em dois sentidos principais: a) no âmbito das lógicas de organização desses atores, especialmente no que se refere à experiência sensível de suas interações com a natureza, à coletivização da produção e a articulações político institucionais; b) nos termos de uma possível transformação das tecnologias patrimoniais dessas comunidades, dos seus artefatos culturais produzidos, bem como das lógicas de distribuição e comercialização desses artefatos, num mercado de bens culturais contemporâneos.

Nessa perspectiva, os termos chaves identificados sobre os referentes descritivos dos relatórios de pesquisa podem ser interpretados segundo dois movimentos gerais que orientam as correspondências operantes dos mesmos, nas comunidades. Os termos identidade e matéria-prima podem ser definidos como termos convergentes, em quase todas as comunidades, por caracterizarem os elementos presentes nos arranjos originários da experiência sensível de suas interações com a natureza e, também, por constituírem um escopo de plausibilidade (ou um regime de valor) sobre o qual essas comunidades atualizam sua “reserva disponível”, nas trajetórias de interações com influências e agenciamentos exógenos. Já os termos iniciais da análise – cultura, tradição, comunidade e inovação – são ressignificados nos deslocamentos ocorridos nessas trajetórias, segundo as mediações introduzidas nas interações comunitárias com a matéria-prima de seus artefatos, com as políticas públicas ou com os dispositivos do modelo de desenvolvimento, produzam alterações na orientação de seus projetos. Devido a tais deslocamentos de sentido ou alterações na orientação dos projetos, esses termos são considerados divergentes, em relação com os primeiros. Esses movimentos podem ser caracterizados em um esquema conceitual, como segue abaixo.

Esquema conceitual: projeções entre os termos convergentes (centrais) e os divergentes.



Esse esquema conceitual considera que os deslocamentos de sentido oriundos das inovações produzem duas orientações aos projetos das comunidades, segundo sejam estabelecidas em interações com o mercado (desenvolvimento) ou com agentes estatais (políticas). As interações das comunidades, e seus projetos, com Organizações Não Governamentais tendem a variar entre uma dessas orientações, ou mesmo transitar entre elas, segundo algumas tendências contemporâneas que difundem a “[...] inovação como mola propulsora do acúmulo de capital” (YÚDICE, 2006, p. 22) e de cultura. As orientações estabelecidas nas interações dos projetos comunitários com agências institucionais, como o SEBRAE, seguem uma tendência linear em direção ao desenvolvimento. Já os deslocamentos de sentido oriundos das atualizações das tradições comunitárias, em escopos de plausibilidade e regimes de valor, produzem duas orientações aos seus projetos, ora dirigidas a correspondências operantes da cultura, ora dirigidas aos processos de reconhecimento da comunidade. Nos intervalos entre os modelos, cruzam-se as referências teleológicas de orientação (tradição e modernidade) e as mediações operadas pelos dispositivos institucionais de valorização dos projetos comunitários (empreendedorismo e patrimonialização).

Aqui, importa destacar que esse esquema conceitual busca registrar modelos que seguem orientações estabelecidas desde aqueles deslocamentos de sentido identificados nas trajetórias de interações endógenas e exógenas das comunidades. Como buscamos evidenciar acima, essas trajetórias não são lineares, uma vez que a análise situacional das interações endógenas e exógenas das comunidades pode constatar a produção de arranjos híbridos destes termos, ou de atualização de projetos comunitários que “transitam entre os modelos” (YÚDICE, 2006, p. 55).

Outro fator importante a considerar, aqui, se refere a um quarto deslocamento que está implícito nos anteriores e se torna visível após a introdução dos processos de reflexividade associados às correspondências operantes do uso do termo recurso,

nas interações endógenas e exógenas das comunidades. Nesses processos, tanto as inovações introduzidas pelas parcerias, quanto as restrições introduzidas pelas políticas públicas, nos projetos das comunidades, abrem o reconhecimento das mesmas para os vínculos que mantinham, ou ainda mantêm, com outros agentes e comunidades. Esses vínculos se configuravam na colaboração vicinal de suas lógicas de organização e/ou de reprodução das suas tecnologias patrimoniais. Desde a introdução das reflexividades orientadas pela “consciência intelectual”, ou a consciência da sociedade industrial, que dirigem seus projetos na busca de novas interações e vínculos com agentes exógenos, seja para obtenção de insumos, seja para legitimar seus regimes de valor, os projetos das comunidades passam a se integrar em redes.

Porém, devemos esclarecer que as redes não emergem casualmente, senão que resultam de experiências de mediação que as comunidades reconhecem localmente, ou de interações com outras comunidades, através de contatos estimulados ou favorecidos pelas parcerias estabelecidas com agentes e instituições exógenas aos seus projetos. Nesse sentido, boa parte das experiências que resultam na introdução de inovações nos bens identitários ou nas tecnologias patrimoniais que configuram os regimes de valor de uma comunidade, já indicavam uma imersão, inserção ou integração em redes, como formações de coletividades sociotécnicas.

Aqui parece se evidenciar o potencial heurístico que os agenciamentos tecnológicos produzem sobre as ações e interações dos humanos entre si, e dos humanos com não-humanos, como infere Latour (2012, 1994). E importa reconhecer que esses agenciamentos se projetam também de objetos, ferramentas e da arquitetura das coisas, tornando-os mediadores. Segundo Latour (1994, p. 79), os mesmos tornam-se mediadores quando dotados da capacidade de traduzir aquilo que eles transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo e também de traí-lo, o que implica que a mediação dos objetos, das ferramentas e da arquitetura das coisas também pode ser manipulada.

Dessa forma, a análise do mapa conceitual dos casos estudados evidencia como a articulação de agenciamentos em rede propicia constituir zonas de interculturalidade, na medida que os diversos atores em interação na rede (humanos e não-humanos) se posicionam como mediadores dos demais, em lógicas de ação organizada, ação colaborativa, ou ação concorrencial. Nesse sentido, as interações estabelecidas pelas comunidades configuram um

[...] processo de produção de códigos de comunicação cujas articulação interna e ordem hierárquica dependerão das exigências de complexidade de cada momento histórico e das prioridades simbólicas dos sistemas. [...] A partir desse ponto de vista compreende-se a me-

dição como um processo de comunicação – isto é, construção de situações e textualidades que engendram sentidos compartilhados nas zonas de interculturalidade (MONTERO, 2006, p. 57 e 59)⁹.

A delimitação de zonas de interculturalidade nos auxilia a compreender o perspectivismo situacional das correspondências operantes, nas comunidades, dos termos-chaves desta análise. Recorrendo a Barth (2000), Montero afirma que os processos de articulação de sentidos, como no caso das mediações, são etnograficamente situados e dependem das forças heurísticas que os atores envolvidos dão a suas interações particulares. Por isso, as análises das mediações devem deslocar-se para “[...] as práticas significativas promovidas pelos agentes mediadores que procuram adequar conceitos às experiências e percepções” (MONTERO, 2006, p. 46) desenvolvidas nas trajetórias das comunidades.

O caso das comunidades vinculadas à Rede Justa Trama é um exemplo desse processo. Ao integrar em uma mesma rede produtiva, e de circulação de bens, comunidades e atores situados em regiões distantes do país, a Justa Trama promove um intercâmbio de matérias-primas entre as mesmas, que produz inovações regulares nos bens identitários, nas técnicas produtivas e nas lógicas de comercialização. Esta última se baseia na concepção de “comércio justo” e orienta, por exemplo, o processo coletivo de precificação dos artefatos produzidos pelos atores da rede, assim como possibilita às comunidades inseridas na mesma reconhecer os elos de sustentabilidade que formam com outras comunidades e atores das suas regiões.

Este parece ser o sentido buscado pelas comunidades pesquisadas, quando expressam os propósitos ou as justificativas de suas parcerias, assim como os traços que caracterizam seus ofícios e os bens que produzem, em distinção com outros ofícios e bens, ou produtos, no mercado. Localizados em uma situação particular de produção, mas inseridos em redes locais, nacionais e globais de mercados culturais, nos quais se expõe uma infinidade de artefatos culturais identificados pela defesa da diversidade cultural, essas comunidades buscam evidenciar constantemente a autenticidade dos bens que carregam seu trabalho. Assim, a autenticidade é fabricada junto com cada artefato, como história vivida (HERZFELD, 2008), além de uma atribuição a priori, ou originária. Isso porque os bens, ao serem produzidos originalmente, tornam-se acessórios rituais de marcação identitária (DOUGLAS, ISHERWOOD, 2006); porém, ao serem reproduzidos recorrentemente, após cada

⁹ As referências às análises de Paula Montero e Brian Spooner foram sugeridas pelo colega de pesquisa André Luiz da Silva (PPG em Desenvolvimento Humano da UnitaU, SP), a quem agradecemos.

deslocamento operado em suas trajetórias, são regularmente atualizados no escopo de plausibilidade dos projetos comunitários, restaurando um regime de valor.

Colocados nesses termos, os propósitos expressos pelas comunidades e pelos artefatos por elas produzidos questionam a tendência de mercado de representar presuntivamente a autenticidade pela marca de uma distância cultural (SILVA, LOPES, 2016; LOPES, SCHIERHOLT, 2016). As correspondências operantes dos termos aqui analisados, nas comunidades, questionam como é que se determina essa distância. E aqui, Spooner (2008, 283), citando Appadurai, fornece uma pista:

Estabelecemos distinções segundo valores que constatamos no passado, nesse caso no passado da mercadoria, porque [nós industriais urbanos] temos uma necessidade social de ordem e vemos mais ordem no passado, embora na verdade essa ordem tenha de ser constantemente renegociada entre todos aqueles que têm algum interesse nela.

Como um conceito pós-industrial, a autenticidade seria a conceptualização da genuinidade fugidia, mal definida, “culturalmente outra e socialmente ordenada” (SPOONER, 2008, p. 283). E ela seria “uma forma de discriminação cultural projetada sobre objetos”. Mas a autenticidade não é inerente aos objetos, e sim, algo que deriva de nosso interesse por ele a partir do quadro de superabundância de objetos e de categorias de objetos existente na sociedade industrial (SPOONER, 2008, p. 284).

E se essa elaboração das zonas de interculturalidade é possível isso ocorre devido aos processos pelos e nos quais as comunidades pesquisadas atualizam seus regimes de valor dos bens identitários produzidos, como reservas disponíveis. E desde a configuração dessa reserva, Castro (2012, p. 59), referindo-se à teoria de Schutz, faz a seguinte afirmativa:

A vida cotidiana é vivida pragmaticamente, ou seja, enquanto reflexão de um sujeito portador de uma memória-hábito sobre sua experiência no mundo. Schutz acaba por elaborar uma concepção fenomenológica da cultura. Essa concepção está baseada na compreensão de cultura como um processo de identificação: a cultura não é o simbólico de longa duração, ou a utilização das simbologias sociais como mediadoras do conhecimento do mundo que os indivíduos detêm, os saberes típicos cimentados pela prática social ou a unidade do grupo, mas o contexto de sentido no qual essas coisas se dão, sobre o qual atuam *reservas de experiência e estruturas de pertinência*.

Pensada sobre os registros das qualidades primordiais de identidade das comunidades pesquisadas, e de suas trajetórias de interações com agentes exógenos, a interculturalidade configura-se em um campo de mediações recíprocas que emerge

como resultado de um arranjo de múltiplos referentes culturais, com politização de problemáticas e com uma “natureza” inclusiva. Essa definição implica reconhecermos que há um caráter contingente nos modos de produção de interculturalidade.

Recebido em dezembro de 2016, aprovado em janeiro de 2017.

Referências Bibliográficas

ARDANS, Omar. Comunidade, enraizamento, socioambiente: entre poética e política. **Ciências Sociais Unisinos**, Vol. 50, n° 3, p. 234-243, 2014. Disponível em:

ARON, Raymond. A sociedade industrial. In: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M. M. (orgs.). **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 107-116.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**; política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 11-71.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007. p. 316. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 3 abr. 2016.

BREWER, Marilyn B.; MANZI, George M.; SHAW, John S. Ingroup identification as a Function of depersonalization, distinctiveness and Status. **Psychological Science**, v. 4, p. 88-92, March, 1993.

CASTRO, Fábio F. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, Vol. 48, n° 1, p. 52-60, jan./abr. 2012. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.1.06.

DIAS, Juliana Braz. Registros fonográficos da música cabo-verdiana: mercadoria e patrimônio. In: SANSONE, Lívio (org.) **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades**. Salvador: EDUFBA, 2012, p.41-65.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens; para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006.

HERZFELD, Michael. **Intimidade cultural**; poética social no Estado-Nação. Lisboa: Ed 70, 2008.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas. In: APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas**; as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro:

EdUFF, 2008, p. 89-121.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**; uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA/Bauru, SP: EDUSC, 2012.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

LOPES, José Rogério; TOTARO, Paolo. The learning of cultural diversity and the patrimonialization of biodiversity. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, Vol. 52, nº 2, p. 196-204, mai./ago. 2016. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.2.06.

LOPES, José Rogério; SCHIERHOLT, Anelise F. P. Produção de ecojoias no norte do Brasil: biodiversidade, redes de sustentabilidade e políticas culturais. In: **Anais do XII ENECULT-Encontro Nacional de Estudos Culturais**. Salvador, UFBA, 2016, 15 p.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (Org.). **Deus na Aldeia**: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006, p. 31-66.

NAVARRETE, Federico. A invenção da etnicidade nos Estados-nações americanos no século XIX e XX. In: HEINZ, Flavio; HARRES, Marluza M. (Orgs.) **História e seus territórios**; conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo, RS: Oikos, 2008, p.

NERY, Maria Saete S. A decepção de Tinker Bell e a luta das classificações; o artesanato, o Governo Federal e o SEBRAE. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, Vol. 50, nº 3, p. 293-302, set./dez. 2014. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2014.50.3.11.

PERALTA, Patrícia P. Necessidade de políticas institucionais para a aplicação de Indicações Geográficas como instrumentos de proteção e valorização do Patrimônio Cultural. **Anais do VII Seminário Internacional Políticas Culturais**, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, maio de 2016. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=9&ID_M=3417.

PUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. 2ª ed. São Paulo: EdUNESP, 2011.

SANTOS, Adalberto S. Patrimônio e memória: da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos. In: RUBIM, Antonio Albino C.; ROCHA, Renata (orgs.).

Políticas culturais. Salvador, BA: EDUFBA, 2012, p. 67-88.

SILVA, Alex Pizzio; LOPES, José Rogério. Controvérsias acerca da Certificação de Indicação Geográfica do Capim dourado do Jalapão. O caso da comunidade Mumbuca, Mateiros (TO). **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, Vol. 9, nº 1, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/issue/view/1068>.

SILVA, Rejane Tavares; FERNANDES, Verônica Soares. Guardiãs da biodiversidade: a realidade das quebradeiras de coco babaçu no Piauí. **Ciência & Trópico**, Recife, vol. 37, nº 2, p. 129-149, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/issue/view/157/showToc>.

SPOONER, Brian. Tecelões e negociantes: a autenticidade de um tapete oriental. In: APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural.** Niterói: EdUFF, 2008, p. 247-298.

VAN VELSEN, Jaap. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades complexas: métodos.** São Paulo: Global, 1987. p. 345-372.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura; usos da cultura na era global.** BH: Editora UFMG, 2006.

